



O LIVRO DIDÁTICO E AS (IN)VISIBILIDADES SOBRE JUDEUS.

Antonio Gutemberg da Silva¹

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/UFCG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/USP –
gutembergprofessor@yahoo.com.br*

RESUMO

Em nosso artigo, conclamamos os leitores a refletir sobre a influência dos Livros Didáticos no entendimento da formação das Identidades Nacionais construídas historicamente em nosso Brasil e como os instrumentos pedagógicos (no caso o Livro Didático) tem contribuído ou pode contribuir para uma sociedade plural e diversificada e democrática, problematizando como a religião e as religiosidades são vistas nos Livros Didáticos de maneira a pensar a riqueza e valorização de nossa diversidade cultural ou se são tratadas de modo classificatório, excludente contribuindo para o enaltecimento de um grupo em detrimento de outro.

Palavras chaves: judeus, livro didático, identidades.

INTRODUÇÃO

O Livro Didático é pensado diretamente como uma das ferramentas mais importantes na construção do ensino aprendizagem, visto como mecanismo facilitador para compreensão dos conteúdos que se pretende construir. Nele se encontra uma seleção de conteúdos analisados por órgãos competentes, na maioria dos casos e certificados para escolhas.

Há inicialmente uma necessidade imperativa de se tentar definir um conceito mais concreto sobre o que é e para que serve o Livro Didático, fazendo-nos remeter a inúmeros sentidos que estão distantes de oferecer uma conceituação única e objetiva quanto as suas funcionalidades sejam pedagógicas ou meramente instrutivas.

¹Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2003 e graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2008. Especialização em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos FIP, 2008. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - PB UFCG, 2013. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, Atuando principalmente nos seguintes temas: Didática, Ensino Aprendizagem, Ensino de História, Psicomotricidade, Cultura(s), Identidades, Ensino de História, Marranismo, Judeus, Inquisição e Intolerância.



Lopes (2007, p. 208) atribui uma definição clássica de livro didático que é a “de ser uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores.”.

METODOLOGIA

Metodologicamente tomaremos aqui o Livro Didático como um difusor de ideologias que precisam perenemente ser problematizadas a luz de diversos outros meios que se fizerem necessários na compreensão dos currículos escolares, bem como um instrumento dirigido para mediar à construção do conhecimento. Além de um debate em torno da legislação que ampara a Educação no que se refere o tratamento com etnias e identidades.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3).

Dessa maneira, temos no Livro Didático um importante material didático na sistematização e democratização do ensino. Entretanto, mesmo com sua importância não pode ser visto como ferramenta única, uma vez que o material didático utilizado pelo professor deva caminhar na esteira da diversificação e da criatividade.

E toda nossa análise se pautará na revisão bibliográfica que fizemos em torno de livros didáticos do ensino fundamental e médio, bem como nos debates produzidos em aulas de turmas de graduação, bem como reuniões de professores na qualidade de coordenador pedagógico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro didático vem sendo quase que a única ferramenta pedagógica na construção e sistematização do ensino. O que torna sua utilização e conseqüentemente os métodos e metodologias que utilizam extremamente importantes, pois mesmo havendo instruções do Mec, dos PCN's e de outros Órgãos, Instituições e Profissionais da Educação para que haja um dinamismo no uso de materiais didáticos



diversificados² que promovam aulas de melhor qualidade, há uma preferência maior pelo Livro Didático, tornando-nos ‘refém’ desse instrumento pedagógico.

Os valores que promovem o Livro Didático como maior ferramenta em sala de aula são de ordens diversas, perpassando pelo fato de ser visto como algo pronto com dicas e ações a serem aplicadas, onde muitas vezes os profissionais em educação ignoram ou não dispõem de outros meios pedagógicos, dependência do docente e engessamento aos métodos e conteúdos sugeridos no Livro Didático, compilador de exercícios, narrações resumidas, fotos atraentes que eliminam a reflexão do mediador, meio de deixar os alunos ocupados...

Pois bem, ao longo de debates produzidos em salas de aula com nossos alunos de graduação, carecemos da importância de esmiuçar as etnias que compõem o Brasil e o quanto muitas delas passam por despercebidas ou são generalizadas em poucas páginas de livros didáticos.

Em torno deste debate, e das pesquisas as quais desenvolvemos, nos debruçamos sobre os judeus como uma das etnias que constroem o Brasil e que pouco se discute nos livros.

Mas, se vamos falar de relações étnicas e nessas relações envolvem Religião faz-se importante refletir como a religião e as religiosidades são vistas nos Livros Didáticos de maneira a pensar a riqueza e valorização de nossa diversidade cultural ou se são tratadas de modo classificatório, excludente contribuindo para o enaltecimento de um grupo em detrimento de outro.

Não faremos um discurso em torno da Religião Judaica ou Cristã, o que nos valerá neste artigo será o quanto os grupos étnicos carregados de culturas infindas, muitas delas movidas por seus dogmas religiosos irão corroborar no construto de nossas identidades e como estas relações e representações estão sendo tratadas nos Livros Didáticos.

O valor pedagógico do Livro Didático é inegável enquanto instrumento que facilita a compreensão da diversidade cultural e social construída seja historicamente seja na atualidade, porém também está a serviço da manutenção de dogmas e preconceitos que precisam ser vistos cotidianamente pelos profissionais que dele se utiliza.

No campo da religião isso se torna imperativo, principalmente se levarmos em consideração a laicidade jurídica de nossa nação e o fato de ao longo de nossa História termos um lugar social assentando a uma religião majoritária que por muito tempo impossibilitou a manifestação de todo e qualquer credo que fugisse das regras impostas por uma religião cristã oficial.

² Os materiais diversificados que aqui apresentamos seriam: músicas, jornais, revistas, espaços extra salas de aula, computadores, filmes, laboratórios e outros.



O discurso produzido num Livro Didático tanto pode contribuir para a criticidade e formação ética cidadã de um alunado como também reforçar preconceitos e xenofobias com o peso da cientificidade que carrega um material didático dessa natureza muitas vezes fonte única de um professor em sala de aula.

Já no que se refere as relações étnicas faz-se mister problematizar os ‘silenciamentos’, os ‘esquecimentos’ e as exacerbações de um determinado grupo em relação a outros no intuito de se conceber uma maior democratização no acesso, a saber, no acesso as críticas e a pluralidade cultural.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais postuladas recentemente tem um papel fundamental no tocante a imposição legal e necessária na construção do entendimento, valorização e respeito as diversidades étnicas que possuímos. Vejamos o que diz o Artigo 2º:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

A historiografia brasileira durante muito tempo consagrou a formação do Brasil a partir de três ícones: o índio, o negro e o branco, deixando de lado outras possibilidades culturais que não estavam ligadas diretamente a características físicas. Neste sentido, é de suma importância ressaltar a contribuição de outras culturas na formação deste espaço.

Costumes, crenças e tradições diversas contribuíram para a formação da multiplicidade das culturas e identidades brasileiras, seja de modo direto ou indireto. É a partir deste panorama que apresentamos um dos povos que contribuíram indiretamente, mas não de forma menos importante, para a produção das identidades brasileiras: os judeus, os quais são comumente apresentados etnicamente por pertencerem a uma genealogia sanguínea semelhante ou por apresentar práticas culturais religiosas análogas ao monoteísmo hebraísta.

Neste caminho podemos observar que:

Um judeu é definido pela tradição como alguém que tenha nascido de mãe judia ou se convertido ao Judaísmo; o termo “judeu” se referia originalmente aos judaitas, os habitantes do Reino do Sul de Judá, levados ao cativeiro em 586 a. C., e posteriormente atribuído aos seguidores da religião judaica e aos hebreus por etnia, em geral. (UNTERMAN, 1992, p. 140).



Os judeus chegaram ao Brasil sob as mais variadas situações, nas quais os fatores de temporalidade e de espacialidades contribuiriam fortemente para não termos uma causa única de sua chegada e assim formaram grupos diferenciados espalhados por quase todo o território que pertencia a Portugal, e permearam suas vindas em todo o tempo Colonial, caracterizando-se por apresentarem relações ora harmoniosas, ora conflitantes, tanto por parte de quem domina a terra onde habitam quanto por parte daqueles com quem dividem o território.

Nos Livros Didáticos, os Judeus raramente aparecem, e quando são citados são apresentados quase que unanimemente em três momentos: na História do Brasil no Período do domínio Holandês e as outras aparições destes ocorrem quando se trata da II Guerra Mundial no Holocausto e na Formação e Conflitos do Estado de Israel.

No que se referem ao Brasil, as linhas escritas sobre judeus nos livros didáticos são extremamente resumidas e não dão conta da diversidade judaica que escolhe o Brasil como moradia e ao longo de séculos migram para este país, fazendo desta terra sua Canaã Prometida, contribuindo para influenciar toda uma formação de costumes, crenças e tradições que adentram nos lares e na cultura do povo brasileiro.

Há de se pensar outras possibilidades de encarar os judeus no Brasil nos quais os Livros Didáticos ainda citam, é o caso dos cristãos novos³ em tempos coloniais ou ainda em marranos⁴, moldando suas práticas em meio às distâncias de um judaísmo tradicional, das fugas e perseguições e conseqüentemente sofrendo influências do cristianismo colonial. Segundo Lustosa (2005, p. 145):

“[...] os marranos foram forjando uma identidade cultural particular herdada de suas raízes judaicas e reafirmada pela sociedade abrangente, que, compulsoriamente, por meio das medidas repressoras da Inquisição, limitava sua liberdade com uma série de restrições”.

Outros ainda buscaram, nos trópicos, alívio para viverem, na ânsia de crescerem economicamente, sem que colocassem em primeiro plano uma fuga religiosa ou uma tortura de viver uma religião forçada, descrentes que queriam apenas viver, judaizantes que utilizavam um aparente silêncio ou distanciamento das Leis de Moisés para ganhar liberdade dentro de um novo mundo. É o que podemos conferir no dizer da historiadora Laura de Melo e Souza (1986, p. 96).

³Esta expressão era utilizada para categorizar os judeus recentemente convertidos ao cristianismo e diferenciá-los dos cristãos velhos que seriam povos cristãos sem nenhum antepassado judeu.

⁴ Ao conjunto de estratégias de conservação da memória e da identidade damos o nome de marranismo, comportamento típico de grupos que vivem de forma clandestina, manifestando sua religiosidade no segredo de suas casas, como todo o cuidado necessário para escapar da perseguição. (LUSTOSA, 2005, p. 145)



Durante bastante tempo, judeus e cristãos haviam convivido relativamente bem em solo português, muitos cristãos adotando consciente ou inconscientemente práticas judaicas, o Antigo Testamento circulando quase que livremente durante o século XV e XVI, festas cristãs e judaicas se misturando – dado que muitas das primeiras enquadram-se na tradição israelita [...].

Essa crença era vivenciada sob auspícios cuidadosos para driblar os poderes episcopais, também era uma forma de os marranos degredados ou fugitivos em um novo mundo buscarem um novo Eu. Assim, sofriam uma forte ruptura na própria personalidade que desembocava no cristão-novo, numa tentativa de manter a fé nos dogmas judaizantes em meio ao medo das perseguições inquisitoriais, o que os fazia praticar, à luz do público, a religiosidade católica.

Entretanto, os Livros Didáticos silenciam tais dados que comprometem o entendimento das relações étnicas no Brasil, nos fazendo crer numa miscigenação branca, negra e nativa deslocada das particularidades dos espaços praticados, das sensibilidades postas nas diversidades encontradas dentro desses componentes muitas vezes levados a serem vistos como um grupo coeso e homogêneo.

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos (FONSECA, 1999, p. 204).

Desenvolver um contínuo processo de reflexão e de conscientização cultural é de fundamental importância no combate a estereótipos, preconceitos e racismos, e, o Livro Didático tem um protagonismo ímpar na formulação de políticas educacionais que possibilitem mecanismos de compreensão de uma sociedade diversa que merece ser estudada, refletida e contribua para que nossos alunos possam se reconhecer nestas diversidades.

Os brancos vieram colonizar o Brasil. Mas quem eram esses brancos? Seriam todos cristãos? Que fé era propagada? Se não eram cristão o que ou em que acreditavam? Se eram judeus, como faziam para manter sua religiosidade numa terra onde o cristianismo deveria imperar?

Estas respostas muitas vezes não podem ser dadas por que tornariam os livros muito extensos e certamente não iriam dar conta das particularidades da diversidade étnica que compõe o nosso país, carecendo do professor conhecimentos frente a tais diversidades e



consequentemente utilização de outros recursos didáticos que ampliem os horizontes de seus alunos.

[e]ducação calcada na informação e no questionamento crítico a respeito das desigualdades sociais, bem como dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, pode concorrer para a transformação dessa sociedade que tem, sistematicamente, alijado muitos indivíduos do direito à cidadania (CAVALLEIRO, 2001, p. 151).

O uso de recursos de mídias, textos complementares, artigos acadêmicos dentre outros são de grande suporte neste fazer pedagógico suprindo lacunas, rompendo silenciamento, ampliando as informações e acima de tudo democratizando o saber a possibilidade de se refletir sobre o diverso.

Desse modo, muitas questões que se podem fazer no estudo da etnicidade brasileira devem ser levadas em consideração, indo além do que está posto no Livro Didático o qual jamais dará conta de apresentar toda a multiplicidade das relações e representações que formam as identidades nacionais atuais.

Para exemplificar tais diversidades vejamos o caso dos Judeus na visão de Morin (2002, p.22): *Eis, portanto, minha identidade nebulosa: era um judeu não-judeu e um não-judeu judeu. Pertencia a quem eu não pertencia e não pertencia a quem eu pertencia [...] em que me sentia em um buraco entre judeus e gentios.*

Estas relações estão muito distantes de serem citadas nos manuais didáticos⁵, remetendo aos cristãos novos, marranos e judeus apenas a um ou dois parágrafos alinhados as Perseguições do Santo Ofício e que logo desaparecem nas informações sobre mercantilismo no Brasil Colônia ou são camufladas em falhas generalizações de povos.

Não é então possível falar dos costumes dos judeus em geral, sem entrar num grande detalhe e em distinções particulares. O judeu é um camaleão que toma por toda a parte as cores dos diferentes climas que habita, dos diferentes povos que frequenta, e das diferentes formas de governo sob as quais vive. (CARVALHO: 1999, p. 22.)

No dizer de Antônio Carlos Carvalho, vemos que as diferentes situações vivenciadas pelos judeus construíram não somente diferentes judaizantes como também uma

⁵ Preferimos por questões éticas não apresentar trechos dos livros didáticos com suas descrições preservar seus autores e não criar juízos pejorativos de valor, uma vez que as ausências no trato com os judeus e outras minorias sociais são de ordens diversas.



heterogeneidade de culturas dispersas e antagônicas em meio a adaptações legislativas conforme tempos e espaços variados e que estes estão limitados aos muros das academias e distantes de serem discutidas com maior ênfase nas salas de aula.

Assim, o aluno estuda a partir do Livro Didático, questões como pluralidade cultural, miscigenação, aculturação, sincretismo religioso, mas dificilmente se reconhece dentro destes ‘fenômenos’, ou seja, o educando pode ser um descendente de judeu ou cristão novo pode praticar ou se identificar com uma cultura judaizante, mas não a reconhece no seu cotidiano, levando-os a construções de preconceitos frente à limitação no entendimento étnico brasileiro.

É importante pensar que houve diferentes formas de manifestações religiosas judaicas que se configuraram a partir de graus variados de perseguição, aceitação e adaptação. No Brasil colonial assim viviam: cristãos novos, batizados em sua grande maioria de forma forçada; marranos, que viviam um mundo de crenças subterrâneas e os cristãos-velhos.

Não podemos esquecer ainda que elementos culturais como os nativos, negros e europeus de diversos credos e etnias, coexistindo com características antagônicas, também faziam deste Brasil seus espaços, implicando no construto de nossa(s) identidade(s).

E era no estranhamento com o outro, principalmente com o cristão-velho, que as práticas judaizantes ganhavam evidências e eram investigadas quando se instaurava o Tribunal do Santo Ofício.

A essas ideias escrevera Rodolfo Garcia:

O Brasil era, ao mesmo tempo, lugar de degredo e de asilo para os cristãos-novos: degredo, quase sempre, para os que eram penitenciados pelo Santo Ofício; asilo, para os que podiam fugir as suas perseguições, esses em maior número do que aqueles. Na Colônia vastíssima, despolicada dos zeladores do credo oficial, uns e outros, sem o temor de repressão imediata, voltaram natural e instintivamente às crenças ancestrais. (1929, apud AZZI, 2001: p.157)

Há de se salientar que essa tentativa de volta natural e instintiva das crenças às leis ancestrais, as quais seriam as Leis de Moisés, estava longe de conceber-se na totalidade. Embora em determinados espaços da Colônia os olhares inquisitoriais fossem precários, fatores de ordens diversas colocavam-se como obstáculos nesta tentativa de volta ao judaísmo.

Judeus, cristãos novos e marranos são tratados como um único povo, assim como em alguns Livros Didáticos os negros são tratados como africanos, sem respeito as suas singularidades, fronteiras, línguas, religiões e



costumes como um todo. Tais generalizações dificultam o entendimento à diversidade e podem até contribuir para preconceitos raciais.

A internet se coloca neste sentido como grande aliada, os filmes, documentários, revistas, jornais e outras fontes são os subsídios essenciais na ampliação do conhecimento, indo além do que está posto no Livro Didático e contribuindo para visualizar com mais riqueza de detalhes o que a Indústria do Livro Didático selecionou e conseqüentemente ficou oculto, indo além da diminuição dos conteúdos devido à carga horária ou até mesmo a portabilidade do Livro.

A “preservação” da memória⁶ e da identidade judaica ou de qualquer etnia no construto da cultura⁷ brasileira está muito ligada a certa manutenção no seio do ambiente secreto do lar dos preceitos judaicos, protestantes, e afrodescendentes dentre outros que eram impugnados pela legitimação e imposição de um cristianismo católico. O que não impedia muitas vezes a sobrevivência destas culturas subterrâneas na intimidade dos lares, nos campos secretos de quilombos e nos templos disfarçados de casas e pontos comerciais.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08, que implicam na determinação da inclusão no currículo da Educação Básica do ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes e das culturas indígenas no Brasil são de suma importância e vem ganhando mais espaços dentro dos Livros Didáticos e dos debates acadêmicos e na escolha dos Livros, porém quando nos dispomos a estudar a multiplicidade dos grupos que compõem o Brasil faz-se necessário o reconhecimento de uma identidade ainda maior.

CONCLUSÕES

As marcas deixadas nos Cristãos Novos, judeus e pelos judeus são de fundamental importância quando nos propomos a investigar a formação étnica do Brasil, fazendo com que estes sujeitos não sejam esquecidos como referência na construção das identidades da nação brasileira. Tais marcas contribuíram para formações identitárias fragmentadas e distintas, corroborando para compor uma aquarela de um Brasil plural, em meio a narrativas de

⁶ Para Michael Pollak (1992, p.5): “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”

⁷ Segundo Cuche (2000) a cultura permite ao homem não só adaptar-se ao meio, mas também adaptar-se a si próprio, às suas necessidades e aos seus projetos.



interesses de monarquias, clérigos, imperialistas e outros grupos sociais nos quais intencionalmente são relegados ao esquecimento nas páginas dos Livros Didáticos.

Não haverá, contudo, um Livro Didático capaz de dar conta de toda diversidade étnica, cabendo aos profissionais de educação encontrar estas lacunas, sejam construídas pela indústria dos livros, sejam pelo silenciamento proposital que corrobora com a manutenção de crenças, tabus, preconceitos e racismos.

O fato é que muitas ausências propositalis ou não fertilizam os manuais didáticos assistidos como instrumento potencializador e maior no construto de ensino aprendizagem, refletindo uma situação no mínimo preocupante se não obtiver uma mediação atenta do professor.

A história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não. É para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o "lugar" do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição. (FOUCAULT, 2001, p.22)

Judeus, cristãos novos, marranos e outros termos são comumente tratados como sinônimos, assim como negros são negros e índios são índios, sem que se faça uma reflexão quanto aos perigos de homogeneização e de temporalidade corroborando para anacronismos sejam de termos, sejam de povos, sonogando seu lugar social na História.

Denys Cuche (2000, p.182-183), o qual nos enfatiza que: A identidade é construída mediante a relação de oposição com outro grupo, ela existe sempre em relação à outra.

Propomos o uso no qual metaforicamente falemos de o vestir do Livro Didático sempre como um par de óculos, uma vez que, pensá-lo como um par de óculos é compreender que ele é uma tentativa de explicação da realidade e que nos permite enxergar essa realidade de modo diferente.

No entanto, se em determinado momento um Livro Didático escolhido não nos auxilia mais, ou tanto quanto deveria, deve ser comparado a outras fontes, acrescentado ou ainda caso necessite substituído, pois não desejamos nos fechar a outras possibilidades teóricas que possam ajudar e viabilizar a construção de um ensino aprendizagem de um construto de País



que valorize a diversidade na forma mais ampla possível, em uma mesma aula, podemos utilizar vários óculos, bastando para isso que necessitemos de outros olhares.

Ampliemos nossos óculos (livros e instrumentos diversos) se quisermos (re)inscrever um Brasil mais diversificado que reconheça e valorize a diversidade social a qual foi construída e vem sendo reconstruída historicamente sem sermos justiceiros de silenciados, mas sendo mediadores e instigadores de uma concepção de reconhecimento da pluralidade étnica, respeito e ética na valorização dos costumes brasileiros. Nossas Identidades.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História** – ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Crença e identidade, campo religioso e mudança cultural**. Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB**. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Parecer nº 03/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/CNE/CEB.

CAVALLEIRO, E. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: _____. Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001. p. 141-160.

CARNEIRO, M. H. da S.; SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. **Livro Didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida**. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências, V. 7, N. 2, dez 2005. CORACINI, Maria José. (Org.) Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. São Paulo: Pontes, 1999.

CARVALHO, António Carlos. **Os judeus do desterro de Portugal**. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura em Ciências Humanas**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

FONSECA, M. da C. F. **Os limites do sentido no ensino da matemática**. Educação e Pesquisa: revista da faculdade de educação da USP, p. 147-162, jan./jun., 1999.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
_____. **A ordem do discurso**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 205–228.

LUSTOSA, Fernanda Mayer. **Raízes judaicas na Paraíba colonial: séculos XVI-XVIII**. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Guia do livro didático**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.fnde.gov.br/programas/pnld>.

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. RJ: Bertrand Brasil, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.

UNTERMAN, A. **Dicionário Judaico de Lendas e tradições**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.